

Coleção

PRÁTICA e ESTRATÉGIA

GILBERTO GOMES BRUSCHI

2

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3ª edição
revista, atualizada e ampliada

Prefácio

ARAKEN DE ASSIS

Esta obra contém
vídeos e Visual Law

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfour

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação da Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Ana Amalia Strojnowski, Maria Carolina Ferreira, Natalia Percin e Tuani Menezes

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTRO ROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bruschi, Gilberto Gomes
Recuperação de crédito. Coleção Prática e estratégia / Gilberto Gomes
Bruschi. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil,
2021.

ISBN 978-65-5614-824-3

1. Crédito - Recuperação 2. Credores - Brasil 3. Devedor e credor 4.
Direito processual civil 5. Processo de execução 1. Título.

21-56462

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Recuperação de crédito : Direito processual civil 347.9

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



Sumário

Dedicatória	5
Prefácio	7
Introdução	17
Parte 1 – Teoria geral da execução: aspectos práticos relevantes	21
1.1. O art. 771: dispositivo fundamental para o estudo da execução	22
1.2. Principais princípios basilares inerentes à execução	29
1.2.1. Princípio da efetividade da execução	29
1.2.2. Princípio da patrimonialidade ou da responsabilidade patrimonial ...	29
1.2.3. Princípio da satisfatividade	29
1.2.4. Princípio da livre disponibilidade do processo de execução	30
1.2.5. Princípio da menor gravosidade ou menor onerosidade	31
1.2.6. A execução não deve levar o executado a uma situação incompatível com a dignidade humana	32
Parte 2 – Cumprimento da sentença	43
2.1. Adequação da localização da regra do cálculo aritmético	44

2.2. Os títulos executivos e a competência para o cumprimento da sentença de obrigação de pagar quantia.....	45
2.3. O procedimento do cumprimento definitivo da sentença: o requerimento pelo credor, a intimação do devedor e a natureza do prazo para o pagamento.....	57
2.3.1. A natureza processual do prazo para pagamento.....	62
2.4. O cumprimento provisório da sentença.....	72
2.5. A impugnação ao cumprimento da sentença.....	81
2.5.1. Atribuição ou não do efeito suspensivo requerido pelo devedor.....	82
2.5.2. Decisões proferidas na impugnação ao cumprimento da sentença.....	83
2.6. A incidência de honorários para a fase de cumprimento da sentença que condena a obrigação pecuniária.....	89
2.6.1. Há honorários na impugnação ao cumprimento da sentença?.....	90
2.7. Gratuidade não requerida ou não decidida na fase de conhecimento e a decisão que a concede na fase de cumprimento da sentença definitiva.....	91
Parte 3 – Fase inicial do processo de execução.....	95
3.1. Petição inicial e a fixação de honorários advocatícios.....	96
3.2. A averbação premonitória.....	105
3.3. Citação postal na execução.....	114
3.4. A penhora.....	126
3.4.1. A substituição da penhora.....	138
3.4.2. A penhora de fração sobre bem indivisível e sua alienação integral – como fica a posição do cônjuge do executado ou do coproprietário do bem penhorado?.....	153
3.4.2.1. Os embargos de terceiro do cônjuge.....	156
3.4.3. A impenhorabilidade.....	163
3.4.4. O salário pode ser penhorado?.....	188

Parte 4 — A opção do devedor pelo reconhecimento do crédito exequendo e o direito ao parcelamento: a moratória judicial	201
Parte 5 – Os embargos à execução	215
5.1. Natureza jurídica, competência e outras noções propedêuticas	216
5.2. Questões relacionadas ao prazo para oposição dos embargos à execução	223
5.3. A matéria dos embargos à execução	231
5.4. A rejeição liminar dos embargos	239
5.5. Efeitos da oposição dos embargos à execução sobre o andamento da execução	242
5.6. A resposta do embargado	249
5.7. A sentença e o recurso de apelação nos embargos à execução	252
Parte 6 – Responsabilidade patrimonial e técnicas visando à satisfação do crédito (as fraudes patrimoniais)	255
6.1. Fraude à execução.....	258
6.2. Fraude contra credores	293
6.3. Desconsideração da personalidade jurídica (art. 790, VII)	307
6.3.1. Natureza jurídica da desconsideração da personalidade jurídica	310
6.3.2. Análise da desconsideração no âmbito do direito civil.....	311
6.3.2.1. A desconsideração e a Lei da Liberdade econômica	317
6.3.3. Aplicação nas relações de consumo	319
6.3.4. A desconsideração inversa	320
6.3.5. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	321
6.3.6. Extensão da desconsideração para os ex-sócios da empresa.....	325
6.3.7. Há prazo para o requerimento da desconsideração da personalidade jurídica?	327
6.4. A fraude à execução em decorrência da desconsideração da personalidade jurídica	350

Parte 7 – Avaliação e formas de alienação do bem penhorado	361
7.1. Avaliação.....	362
7.2. Adjudicação	364
7.3. Alienação por iniciativa particular	380
7.4. Leilão: aspectos principais.....	391
Parte 8 – Medidas atípicas visando à efetivação da obrigação pecuniária (art. 139, IV) e outras técnicas tipificadas como forma coercitiva de cumprimento da obrigação de pagar.....	405
8.1. Penhora de recebíveis de cartão de crédito ou débito	443
8.2. Outras medidas que servem para compeli o devedora quitar a execução	447
8.2.1. Protesto de título executivo judicial definitivo: art. 517	448
8.2.2. Negativação do executado: art. 782, §§ 3º a 5º	449
8.2.3. Penhora de quotas sociais ou ações de sociedades anônimas de capital fechado (art. 861 do CPC)	453
8.2.4. Pedido de falência fundado em execução frustrada (art. 94, II, da Lei de Recuperação Judicial e Falência).....	463
Parte 9 – O crédito condominial.....	477
9.1. A execução de crédito condominial fundada em título executivo extrajudicial.....	478
9.2. A possibilidade de inclusão das parcelas vincendas em relação ao ajuizamento da execução.....	486
9.2.1. Aopção pelo credor de ajuizamento de demanda de conhecimento (art. 785 do CPC) e a inclusão das parcelas vincendas em caso de acordo homologado e em fase de cumprimento da sentença	489
9.3. O compromissário comprador e a legitimidade passiva da execução	498
9.4. A prescrição do crédito condominial	501
9.5. A possibilidade de penhora do próprio imóvel que gerou a dívida	505

9.5.1. A alienação anterior desconhecida do condomínio e a obrigação <i>propter rem</i>	506
Parte 10 – A ação monitória como forma de recuperação de crédito	515
10.1. A monitória e seus requisitos	516
10.2. A expedição do mandado monitório, a citação e as possíveis atitudes do réu	526
10.2.1. Cumprimento da obrigação	532
10.2.1.1. O cumprimento da obrigação de forma parcelada na ação monitória	533
10.2.2. Inércia do réu	537
10.2.3. Os embargos ao mandado monitório	546
10.2.3.1. A improcedência dos embargos ao mandado monitório e o recurso de apelação	553
Parte 11 – Suspensão, extinção da execução e a prescrição intercorrente	567
11.1. Causas de suspensão da execução	568
11.1.1. A suspensão da execução diante da ausência de bens penhoráveis e a prescrição intercorrente como causa de extinção da execução ...	570
11.1.2. A prescrição intercorrente e o direito intertemporal	586
11.1.2.1. A prescrição intercorrente e os processos suspensos sob a égide do CPC/73	587
11.1.3. Os honorários advocatícios e a prescrição intercorrente	595
11.2. As demais causas de extinção da execução	601
11.2.1. A extinção da execução e a Lei de Custas do Estado de São Paulo	601
Anexo	609
1. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre execução	610
2. Enunciados da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – temática: execução	612

-
3. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre execução – atualizados até a Carta de Brasília: março de 2019 613
 4. Enunciados da I Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal (Brasília/DF, 24 e 25 de agosto de 2017) 617
 5. Enunciados da II Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal (Brasília/DF, 13 e 14 de setembro de 2018) 619